

## **As janelas continuam acesas**

Houve um tempo em que os corredores da Justiça do Trabalho contavam histórias antes mesmo de as audiências começarem.

As pessoas chegavam cedo. Trabalhadores seguravam documentos amassados como quem segura esperança. Advogados atravessavam o fórum apressados. Servidores organizavam pilhas de autos físicos que pareciam nunca diminuir. O cheiro do café escapava da sala da OAB logo nas primeiras horas da manhã.

Os fóruns trabalhistas tinham um som próprio: a voz do pregão, portas que se abriam, passos apressados pelos corredores, vozes misturadas antes das audiências e tentativas de conciliação costuradas no átrio de espera.

Mas lembro também dos silêncios. O da empregada doméstica que nunca tinha entrado em um tribunal; o do trabalhador rural intimidado pela formalidade do ambiente; o de quem passou tanto tempo sendo interrompido que já não sabia mais como contar a própria história.

Durante muitos anos, pensei que a Justiça do Trabalho estivesse profundamente ligada à presença física. À sala de audiência cheia, não apenas de partes e testemunhas, mas também de advogados acompanhando outras audiências enquanto aguardavam a sua vez; ao advogado folheando papéis na última hora; à testemunha esperando ser apregoada do lado de fora; ao instante em que alguém respirava fundo antes de entrar.

Então tudo mudou.

Os autos tornaram-se digitais. As audiências telepresenciais, que pareciam provisórias, tornaram-se rotina. Hoje, a esmagadora maioria acontece diante de uma tela.

Numa delas, um caminhoneiro participa da audiência de dentro da cabine do caminhão, parado à beira da estrada entre uma entrega e outra. Na sequência, um reclamante muda de cômodo, aproxima-se da janela, levanta o celular e caminha pela casa, tentando encontrar um sinal melhor de internet. Já houve audiência interrompida porque caiu a energia durante uma tempestade. E

há sempre alguém procurando o botão do microfone, tentando ligar a câmera ou retornar à sala virtual, enquanto o servidor, pacientemente, indica o caminho.

Os fóruns ficaram mais silenciosos.

No TRT da 15ª Região, a reorganização também aconteceu por dentro, com secretarias conjuntas, novos fluxos, atendimento através dos balcões virtuais. Mudaram as rotinas e os espaços. Mas não mudou a finalidade essencial: fazer a Justiça chegar a quem dela precisa.

Ao passar pelos corredores quase vazios, sinto falta daquela movimentação antiga. Falta do contato humano mais imediato, porque a tela aproxima distâncias, mas também cria outras.

As audiências telepresenciais revelaram de forma muito clara que a desigualdade também é digital. Há trabalhadores que entram na audiência usando dados móveis limitados. Outros acessam do escritório do seu advogado. Há quem dependa do celular do vizinho, quem peça ajuda aos filhos para acessar a plataforma ou sequer encontre um lugar silencioso para prestar depoimento.

Mesmo assim, as histórias continuam chegando. Chegam pela câmera de um celular simples, pela voz cansada de quem trabalhou anos sem descanso adequado, pelos relatos de assédio, adoecimento, discriminação e invisibilidade.

Com as novas formas de trabalho, chegaram também novos conflitos: jornadas monitoradas por sistemas, metas definidas por algoritmos, discriminações invisíveis mediadas pela tecnologia e vínculos discutidos nas plataformas digitais. Mas as velhas dores continuam a chegar às mesas de audiência: a carteira de trabalho não anotada, as verbas rescisórias não pagas, a dignidade ferida, o acidente que muda a rotina de uma família inteira e o adoecimento que só se revela quando o trabalho já levou mais do que deveria.

Ao longo da magistratura, aprendi que as pessoas raramente procuram a Justiça no melhor momento da vida. Quase sempre chegam depois do desgaste, do medo e de meses, às vezes anos, tentando suportar sozinhas situações profundamente desumanas.

Certa vez, durante uma audiência telepresencial, uma trabalhadora interrompeu o depoimento porque o filho pequeno apareceu chorando atrás dela. Ficou constrangida. Tentou desligar rapidamente a câmera enquanto pedia desculpas, como se ainda fosse necessário se desculpar por ser mãe e trabalhadora ao mesmo tempo.

Aquela cena ficou comigo o resto do dia.

Porque ali, naquela pequena janela acesa, estava muito do país real: mulheres que trabalham, cuidam, improvisam, resistem e seguem tentando dar conta de tudo sem demonstrar cansaço.

Talvez seja exatamente por isso que eu continue acreditando profundamente na Justiça do Trabalho, mesmo em tempos de tantas transformações. Ela mudou de forma, tornou-se mais tecnológica, mais rápida, mais conectada. Os antigos corredores movimentados deram lugar às salas virtuais.

Mas sua essência continua a mesma.

Ainda somos o lugar para onde chegam aqueles que quase nunca foram verdadeiramente ouvidos. E talvez seja justamente aqui que a literatura e a Justiça do Trabalho se encontrem: ambas lidam, todos os dias, com a condição humana.

Ao celebrar os quarenta anos deste Tribunal, penso que sua história não foi construída apenas por audiências, sessões de julgamento, decisões judiciais ou avanços tecnológicos. Foi construída, sobretudo, por encontros humanos: nos antigos corredores lotados, nas salas de audiência presenciais e, agora, também nessas incontáveis janelas acesas, espalhadas por cidades, periferias, fazendas, apartamentos e pequenos escritórios improvisados.

No fim da pauta, as telas se apagam.

Mas as janelas da Justiça do Trabalho continuam acesas.

LADY ANE DE PAULA SANTOS DELLA ROCCA

JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA

